

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA
À EDUCAÇÃO BÁSICA
NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS

Andréia Silva

GOIÂNIA – GO

2009

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVE HISTÓRICO CONCEPÇÃO E SUJEITOS TRABALHADORES (ALUNO E PROFESSOR) .

“Ninguém educa ninguém.
Ninguém educa a si mesmo.
As pessoas se educam entre si,
mediatizadas pelo “mundo.”
(PAULO FREIRE, 2001 p.01).

1. 1 - Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho

Num período como esse, em que as discussões sobre a educação de qualidade para todos são cada vez mais frequentes, cresce a necessidade de repensar e analisar os conceitos, bem como, a realidade da educação popular no Brasil. Uma educação popular que, se por um lado é vista como um fator fundamental na formação da cidadania e na construção do conhecimento do sujeito, por outro, pode ser percebida apenas como um empreendimento, o instrumento que modela o trabalhador conforme a necessidade do mercado.

Assim, justifica-se a importância de analisar a proposta de uma oferta de educação que aproxime as modalidades de educação de jovens e adultos (EJA) com a educação profissional as quais atualmente são bastante adotadas pelo governo e por entidades da sociedade civil. No Brasil, essas modalidades ganham espaço nos séculos XX e XXI, por isso a análise aqui proposta foca recorte temporal.

Os dois pilares: educação e trabalho, sempre provocaram discussão. Assim, torna-se necessário fazer um breve resgate no contexto histórico do século XX. A educação vista como conhecimento adquirido no contexto escolar, já foi privilégio de uma minoria que a utilizava como uma arma preciosa na obtenção de poder.

Ter acesso ao saber escolar poderia decidir a posição do indivíduo nas camadas sociais que divide uma população, ou o conhecimento pode direcionar o resultado de uma guerra; o ciclo das plantações; a continuidade de uma ideologia; o desenvolvimento comercial... Todos esses itens e muitos outros, ilustram a trajetória da humanidade confirmando que quem detém conhecimento, detinha também o poder e tudo aquilo que estava intimamente ligado a ele: dinheiro, fama, reconhecimento, respeito (mesmo que

induzido), influência sobre os outros... Por isso, a educação em certos contextos históricos, era proibida ou dificultada em determinadas classes sociais.

Já o trabalho que atualmente é vangloriado pelo sistema capitalista foi reduzido a mero castigo.

Antes, o trabalho sempre foi visto de forma negativa. Na sua origem, a palavra trabalho vem do latim TRIPALIUM, que significava um instrumento de tortura. Mesmo na Bíblia o trabalho é proposto como castigo pela culpa de Adão e Eva (nos tempos bíblicos o homem é condenado a trabalhar e a ganhar o pão com o suor de seu rosto, ficando a mulher condenada ao trabalho de parto). Na Grécia antiga e na Idade média, é desvalorizado por estar reservado aos escravos e aos servos (GONÇALVES, WYSE, 1996, p. 23).

O trabalho só começa a ser apreciado com o surgimento e fortalecimento da burguesia, que trouxe consigo a necessidade de mão-de-obra livre e dedicação ao trabalho, tendo como interesse o aumento da produtividade o que contribui para o surgimento de um novo modo de produção: o capitalismo.

Foi nesse contexto histórico que o trabalho passou a ser reconhecido como fato social determinante da própria humanização do homem, o que segundo Gonçalves e Wyse (1996) é o fator fundamental que distingue o homem do animal e o elemento capaz de modificar as condições da existência da própria sociedade.

A sociedade moderna que cresce junto ao capitalismo caracteriza o trabalho não só como um fator econômico, que proporciona salário ou poder aquisitivo, mas também como necessidade psicológica da humanidade, já que indica a posição social do indivíduo, o que o identifica como integrante de um grupo forçando-o a desenvolver sua sociabilidade.

No Brasil, a partir do século XX, cresceu a preocupação do governo em viabilizar o ensino às camadas sociais mais baixas, tendo como foco os jovens e adultos caracterizados pelo analfabetismo ou aqueles desprovidos de uma educação de base que contribuíssem para o aumento da mão-de-obra desqualificada.

Esse interesse do governo cresceu paralelo ao desenvolvimento e crescimento industrial brasileiro que comparado aos países desenvolvidos apresentava-se tardio e desordenado. Por isso a necessidade de “instruir” e qualificar profissionalmente essa classe social: o proletariado.

Proletário, vem do latim PROLETARIU, que significa “cidadão pobre, útil apenas pela prole, isto é, pelos filhos que gerava.” Daí o termo proletariado, que significa a camada social formada por indivíduos caracterizados por sua qualidade permanente de assalariados e por seus modos de vida, atitude e reações decorrentes de tal situação (GONÇALVES, WYSE, 1997, p.32).

Essa idéia é defendida por Oliveira (2005, p. 59) que esclarece o alvo da modalidade da educação de jovens e adultos (EJA) bem como da educação profissional, como sendo o adulto e o jovem com baixo nível de instrução escolar, que trabalham em ocupações urbanas não qualificadas e que buscam na instituição de ensino uma qualificação tardia ou mesmo ingressar em séries de ensino supletivo. Por isso, nesse primeiro momento da educação de adultos (EDA) no século XX, a preocupação com a política educacional nada mais consiste do que formar trabalhadores qualificados que serviriam para suprir as necessidades das indústrias, que, segundo apostava o Governo daria propulsão a economia nacional.

Os primeiros cursos profissionais implantados no Brasil, sediados no estado de São Paulo, segundo Cunha (apud MANFREDI, 2002) embora não fossem de caráter integralmente profissionais, dispunham de um ensino básico geral, com ênfase em suas aplicações no processo produtivo.

Em 1911, começaram a funcionar em São Paulo, capital, as primeiras escolas profissionais oficiais, destinadas ao ensino das “artes industriais” para o sexo masculino e de “economia e prendas manuais” para o feminino. A Escola Profissional masculina, no bairro do Brás, foi o primeiro estabelecimento de uma rede espalhada pelo interior do Estado [...] a qual, em 1935, contava com dez unidades. Essa rede compreendia três tipos de estabelecimentos: a escola profissional primária, que ministrava o curso vocacional, a escola profissional secundária, e o instituto profissional, uma hierarquia bem definida de competências. Para o aperfeiçoamento de mestres de oficinas das escolas profissionais, foram criados cursos de dois anos de duração, anexos a cada um dos institutos existentes na capital o masculino e o feminino [...] (MANFREDI, 2002, p.86 e 87).

Embora os esforços para a formação desses alunos terem sido grandes, essas escolas, tinham como foco principal a formação de profissionais aptos para determinados tipos de trabalho, em sua maioria voltada para o abastecimento do mercado industrial conforme explicitado na citação anterior.

O que ocorreu foi que a educação acompanhou e se integrou às mudanças ocorridas na organização do processo de produção. Logo, os profissionais formados eram dotados de gestos, comportamentos necessários à execução de tarefas distintas. Esse fato não ficou restrito apenas aos profissionais brasileiros, essa alienação do processo produtivo é fruto de uma etapa do capitalismo que prestigiava a quantidade produzida e não a qualidade.

Por ter sua atividade limitada à execução de tarefas bem específicas, o profissional caracterizado como trabalhador “especializado” fica excluído de qualquer participação nas decisões referentes ao processo de trabalho, intensificando a divisão social do trabalho que se desenvolve segundo o princípio da diferenciação entre o pensar e o fazer, distinguindo os trabalhadores que concebem e aqueles que executam a produção.

Esse gerenciamento da produção que provoca a separação entre as fases de concepção e execução do processo produtivo chama a atenção de movimentos sociais e das instituições educacionais que se atentam para o fato do ser humano estar sendo reduzido à máquina. Como não é um fato isolado, a repercussão é mundial. Tanto que Charles Chaplin, no filme “Tempos Modernos”, registra que mais do que máquinas, nós precisamos de humanidade.

Como foi mencionado, as instituições educacionais brasileiras buscam conciliar educação com formação profissional, na tentativa de atender às necessidades da revolução industrial que afluía no Brasil durante o século XX, conforme aponta Ventura (2007), em seu artigo: “Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos”:

[...] A nova situação, implantada a partir dos anos 1930, veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, surgindo nesse processo novas exigências também no que tange à educação.

As políticas públicas educacionais só se efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversidade da força de trabalho [...]” (p. 2).

“Em decorrência, inaugura-se um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora. Foi a partir da década de 1940 que o espaço específico da educação de jovens e adultos se delineou [...]” (BEISIEGEL, 1982 p, 177, apud VENTURA 2001, p.2).

Nesse contexto, a implantação da EJA, à época denominada de educação de Adultos (EDA) ganha expressão. Entendida como uma proposta que engloba tanto a alfabetização e a educação básica de adultos quanto às atividades que levam à profissionalização, a EDA se consolida principalmente após 1940, quando do cenário mundial marcado pela II Grande Guerra, o governo organiza campanhas desenvolvidas, principalmente a partir das pressões da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) que é um órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Os objetivos dessas campanhas era consolidar a realização nacional de educação de adultos. No Brasil essa educação que focava, principalmente, esse contingente de mão de obra desqualificada visava intensificar o crescimento econômico preparando trabalhadores para o mercado industrial em expansão, ao mesmo tempo em que também aumentava o contingente eleitoral.

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a parte da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade,

transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14 apud. TUMOLO, 2005, p. 241).

Dessa forma, reforça-se a decisão de modelar, sobretudo nos países subdesenvolvidos, as políticas educacionais, tanto da educação fundamental do ensino regular quanto das propostas de ensino para jovens e adultos.

A educação básica incorpora como função o desenvolvimento das habilidades cognitivas (inteligência instrumentalizadora) e as competências sociais necessárias à adaptação do indivíduo ao novo cenário produtivo. Ela passa a ser desejada como um bem precioso, capaz de formar indivíduos que possam se integrar na sociedade atual, uma sociedade marcada pela tecnologia, ciências, competitividade...

Nesse contexto o ensino técnico-profissional também é visto com bons olhos tanto pelo governo neoliberal, defensor da idéia de que para integrar no mercado de trabalho o indivíduo deve ter em sua formação: técnica/ informação/ conhecimento; quanto para os próprios estudantes que buscam no ensino uma chance de ascensão sócio-econômica.

Como política pública, pode-se entender a Educação Profissional como parte de um plano nacional de desenvolvimento tecnológico sustentado e também econômico, e articulado a outras políticas de emprego, de trabalho e de renda, segundo Manfredi (2000).

O ensino técnico-profissional passa a ser organizado segundo as áreas da economia viabilizado pelas reformas do ensino primário e médio efetivadas pela promulgação das Leis Orgânicas.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto – lei nº. 4073 de 30 de janeiro de 1942 veio estabelecer as bases da organização e do regime do ensino profissional em todo o país. Até a criação das leis orgânicas do Ensino, a partir de 1942, o ensino profissional à exceção das escolas federais, não tinha nenhuma regulamentação (VENTURA, 2001p. 27).

Surgem então instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, em 1942, que visava a qualificação e treinamento da mão-de-obra; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado em 1946, que difere do SENAI pelo fato de estar ligado ao setor comercial e por ser dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comercio. No mesmo ano também teve atenção a aprendizagem rural, representada pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Também ganharam relevância as campanhas de alfabetização em massa, vigentes principalmente entre 1940 a 1960. Destacando-se: a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), coordenada por Lourenço Filho, criada em 1947,

influenciados pela UNESCO. voltada especificamente para atuar na Região Nordeste entre os anos de 1952 a 1963.

Essas campanhas tinham o objetivo de levar a educação de base aos brasileiros analfabetos tanto das cidades quanto da zona rural. A educação de base definida como uma quantidade mínima de conhecimento adquirido, que possibilitava ao indivíduo solucionar problemas tanto do âmbito próprio quanto coletivo, proporcionando à pessoa um melhor ajustamento social e a capacidade de exercer sua cidadania.

Segundo FÁVERO (1984, apud OLIVEIRA, 2001, p. 5) a UNESCO definia que:

[...] a educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta também às necessidades e os problemas da coletividade, assim como promovendo a busca de soluções para esses problemas.

A partir da década de 1950 surgiu, com vigor, uma maior participação política das massas. Com as transformações no processo produtivo desenvolveram-se, também, as concepções a respeito do perfil do trabalhador. Este passou a ser alvo do crescente movimento ideológico que valorizava a importância da educação como libertadora. Não era oportuna a alienação do trabalhador (“trabalhador – máquina” do início do século XX). Agora nascia a necessidade de desenvolver esse profissional que assumiria um papel de maior importância junto ao processo produtivo. Era hora de apostar na formação de pessoas conscientes. Assim um dualismo modelava a educação de adultos: de um lado aqueles que a defendia como a maior arma na consolidação da cidadania, de outro os que procuravam na educação a possibilidade de treinar mão-de-obra qualificada.

No período de 1960 a 1964, parte do interregno histórico entre o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1981), no cerne de uma crise de hegemonia da classe dominante e num momento em que se verificam movimentos de ascensão política dos trabalhadores confrontando-se duas concepções de educação libertadora, como conscientização e outra entendida como educação funcional, isto é, treinamento de mão-de-obra para torná-la mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente (VENTURA, ano 2001, p. 8).

Esperava-se assim, uma maior participação da população pertencente às camadas sociais mais carentes no cenário político-econômico do país. Para isso, procurava-se na escola, principalmente naquela que proporcionava educação de base para adultos, o agente que facilitava a aprendizagem do indivíduo no convívio social, gerando conscientização política e voz ativa no exercício da cidadania.

Superando a rigidez e o formalismo da instituição escolar, no início da década de 1960 surgem os movimentos populares denominados educação popular, que passaram a utilizar a metodologia de ensino, com palavras e/ou Temas Geradores especialmente no

Movimento de Cultura Popular (MCP), no qual se inseria o sistema Paulo Freire, e a partir de 1963 no Movimento de Educação de Base (MEB), bem como em outros movimentos do período, que construindo o currículo a ser trabalhado na alfabetização e educação de base dos jovens e adultos, partindo da realidade dos alunos, com vistas a uma formação crítica. Essa concepção pedagógica surgiu para promover a conscientização política dos setores populares pois esse processo educativo era visto com emancipador. Nesse período existiam duas concepções de educação: uma que era para formar e instrumentar a consciência político-social da sociedade brasileira educação libertadora com conscientização; e a outra que preparava o cidadão para o trabalho, ou seja educava para desenvolver as tarefas dos setores em busca de mão de obra educação funciona

O Movimento de Cultura Popular (MCP) criado em 1960, surgiu em Recife, depois foi difundido para outras cidades de Pernambuco, esse movimento via a educação como proporcionadora das condições intelectuais para um maior esclarecimento dos trabalhadores propondo ações no campo do teatro e atividades culturais realizados em praças públicas, além de escolas para crianças e adultos, dessa forma o acesso a leitura e a escrita era um forma de oportunidade de entendimento político das classes populares para um engajamento de transformação social.

Em 1961 surgiram vários movimentos sociais de educação entre eles destacamos o Movimento de Educação de Base (MEB) que era liderado pela Conferencia Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) e patrocinado pelo Governo Federal ;promovia educação radiofônica nas emissoras católicas conveniadas com o MEC e instituições federais , no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, foi o único grande movimento que sobreviveu no regime militar, mas para isso teve que romper com os compromissos da educação de classe e revisar os métodos teóricos e metodológicos ia , e com isso sofreu um processo de metamorfose substituindo o papel de transformador pelo de evangelizador.

Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, desenvolvida pela Secretaria de Educação de Natal/RN, e tinha como objetivo estender imediatamente a educação para toda população daquela região, mas as dificuldades financeiras para implantar o programa impulsionaram a construção de acampamentos escolares abertos, onde eram alfabetizados as crianças e os adultos das classes populares, bem como promovida a educação de base.

União Nacional dos Estudantes (UNE) era setores hegemônicos do movimento estudantil que lutava pelas reformas de base e reforma universitária valendo do Centro Popular de Cultura (CPC), dedicava-se a produzir manifestações artísticas populares tais

como: teatro, música ,cinema etc. para formar a população política e culturalmente através de debates sobre os problemas nacionais, o qual a partir de 1962 passou a atuar fortemente na EDA utilizando-se da metodologia freireana, e foi de grande expressão em Goiás.

O Movimento de Cultura Popular, juntamente com Paulo Freire e sua equipe ganhava expressão na década de 1960, com suas experiências de alfabetização de adultos, contrarias as práticas tradicionais de alfabetização utilizando-se de um processo educativo em que o grupo focava a aprendizagem na vida das pessoas. Com esse trabalho Paulo Freire contribuiu para um novo conceito no processo de alfabetização e educação popular e em 1963, a experiência de alfabetização de Adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, representou um marco na historia da EJA no Brasil, sendo que foram alfabetizados 300 trabalhadores em 45 dias, o Método Paulo Freire ficou popularmente conhecido e utilizado pela maior partes dos movimentos na realização de seus projetos pedagógicos.

Em 1963 Paulo Freire foi convidado pelo Presidente João Goulart e pelo ministro Paulo de Tarso, para repensar a alfabetização de adultos em âmbito nacional, instituindo o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que tinha como referencia a proposta a alfabetização segundo a proposta de Paulo Freire, mas o golpe militar de 1964 interrompeu os trabalhos e reprimiu as mobilizações populares. O governo pretendia alfabetizar em torno de cinco milhões de brasileiros , começando pela erradicação total do analfabetismo em nosso país.

Mas nesse momento, em que o país buscava uma redemocratização nas relações sociais, o Golpe Militar de 1964 veio interromper estes anseios.

Os governos de Castelo Branco a João Baptista Figueiredo (1964 a 1985) tiveram suas preocupações, entre outros aspectos, direcionados em desenvolver a economia brasileira apoiando com capital estrangeiro a implantação de projetos como a construção dos pólos petroquímicos (no estado do Rio Grande do Sul), a expansão dos núcleos de exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos (nos estados da Bahia e de Sergipe), a construção da hidrelétrica de Itaipú, os pólos agrominerais e agropecuários da Amazônia... Esse desenvolvimento industrial necessitou da ampliação dos programas que requeriam mão-de-obra em massa.

Com isso, percebe-se que mesmo havendo uma necessidade do resgate da humanização no convívio social, a economia também regeu esse convívio moldando as pessoas conforme suas necessidades, interferindo nos outros setores, e muitas vezes, de forma quase sutil manobrando a sociedade e seus princípios básicos. Novamente, vemos a educação

estar a serviço do “desenvolvimento do país”, no que tange principalmente ao cerco econômico.

Devido a inquietação do Brasil em participar da economia internacional mais ativamente, o país apostou na idéia de profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos e delegando ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho.

No que diz respeito à profissionalização compulsória descrita na Lei 5.692/71 não houve êxito, porém o sistema formal de ensino profissionalizante vem ganhando espaço. Até 1996, o sistema formal de ensino profissionalizante compunha-se de uma rede de escolas públicas mantidas pela União (rede federal) e pelos estados e municípios (redes estaduais e municipais), sendo administrativamente ligadas a esses níveis, e de outra rede mantida por entidades privadas, incluindo o Sistema S: SENAI, SENAC e SENAR.

As empresas tendem a valorizar uma nova forma de gerenciamento decorrente das inovações tecnológicas e da influência da globalização econômica. O modelo taylorista-fordista de produção (homem-máquina) foi sendo substituído pelo sistema de produção flexível, baseado no uso da informação e na flexibilização dos processos de trabalho.

Com as mudanças técnico-organizativas, introduzidas com adoção do padrão capitalista de acumulação flexível, geraram-se tensões e contradições entre o “Velho sistema educacional” e as novas necessidades de educação para o trabalho. Esse novo processo produtivo introduz dois aspectos que influenciam fundamentalmente na reorganização do mundo do trabalho sendo eles: a redução da divisão social do trabalho e a exigência de elevação da qualificação do trabalhador. Esses dois aspectos otimizam as possibilidades de revalorização do trabalho e do trabalhador.

No âmbito dessas interpretações, afirma-se que uma economia baseada na automação e orientada no sentido de alcançar a qualidade/ despadronização da produção passa a necessitar de uma mão-de-obra crítica e criativa com aptidão para o trabalho em equipe e capacidade para executar tarefas variadas e de responsabilidade. Isso reduziria significativamente a separação entre o fazer e o pensar, como também o controle e a burocracia do processo de produção (GONÇALVES; WYSE, 1997, p. 36)

Com isso percebe-se que esse novo modelo de processo produtivo que busca a qualidade e a despadronização da produção tende a necessitar de uma mão-de-obra mais flexível, nesse sentido flexibilidade diz respeito à capacidade do profissional de inovar e se adequar às regras do mercado, logo o trabalhador busca desenvolver uma característica mais crítica e criativa, capaz de trabalhar em equipe e executar tarefas variadas, aumentando sua

responsabilidade pela empresa. Como consequência houve a redução significativa entre o fazer e o pensar.

“Também, não se pode perder de vista que o alto índice de automação tende a transformar as tarefas manuais de execução em tarefas de informação e comunicação, tarefas complexas que exigem do trabalhador o desenvolvimento da capacidade de abstração para ler e interpretar dados, diagnosticar problemas e apontar soluções.” Assim, o conhecimento científico e tecnológico – que no modelo de produção em série era dispensável para a grande maioria dos trabalhadores – torna-se fundamental numa economia baseada na automação (GONÇALVES; WYSE; 1997, p. 36).

Mas o processo produtivo que parecia ter encontrado a “harmonia” entre o trabalho e o trabalhador, na verdade se mostra cruel na prática. Essa economia baseada na automação que valoriza a atividade produtiva configuraria uma crise da sociedade do trabalho.

Na busca da maximização dos lucros, as empresas tentam adaptar a jornada de trabalho às situações específicas (horas extras ou horas de trabalho ativo...), à realização de trabalho em tempo parcial e ao estabelecimento de contratos de duração determinada e curta. São também levadas a diminuir seu quadro de funcionários diretos e a contratar, o que se chama de terceiros.

A prática da terceirização consiste em delegar as pessoas que não pertencem ao quadro da empresa (terceiros) atividades necessárias à organização, mas que não são seu objetivo principal. Nas empresas modernas é comum, por exemplo, a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, escrituração, entre outros. Esse esquema tem contribuído para o extraordinário crescimento do setor terciário. de serviços) nas últimas décadas (GONÇALVES; WYSE; 1997. P. (36).

Em razão do fato exposto pela citação acima ao mesmo tempo em que se aumenta o setor terciário também aumenta o desemprego, isso porque a maioria dos trabalhadores não está vinculada a nenhuma firma ou sindicato, os que fazem trabalho por sua própria sorte. Na busca de uma solução para esse impasse, cresce-se de forma espantosa os serviços informais, aumentando consideravelmente, a massa de trabalhadores sem carteira assinada, subempregados, trabalhadores em tempo parcial e pessoas que desenvolvem atividades por conta própria. Isso provoca, conseqüentemente, a flexibilização dos direitos trabalhistas. O contrato de terceiros por um tempo curto, facilita a redução e mesmo a exclusão do pagamento de direitos trabalhistas já adquiridos, como férias e repouso semanal remunerado, o 13º salário.

Assim, se os trabalhadores alcançaram importantes conquistas sociais, especialmente no final do século XIX, e durante o século XX, reorganizado o cenário trabalhista, esses mesmos trabalhadores são vítimas do atual estágio da economia capitalista

que os forcem a estar sempre se capacitando e qualificando para o mercado de trabalho. A busca por um maior grau de instrução valoriza a educação, sobretudo as escolas profissionais e a EJA, por outro lado aumenta a competitividade dentro do mercado de trabalho. Os indivíduos se vêem dentro de uma guerra para a obtenção de emprego e dentro de outra mais dura ainda para se manter ou elevar seu cargo dentro da empresa.

A ordem econômica capitalista que faz o ser humano lutar para cultivar e acumular bens, gerando uma moral própria, acima das propostas de igualdade, fraternidade e liberdade (emblema da Revolução Francesa usado para fortalecer os princípios capitalistas), acaba por incentivar o desenvolvimento do espírito de posse, o egoísmo e o individualismo exacerbado. A liberdade exercida na pós-modernidade vai restringir sua essência filosófica se limitando ao fato de comprar e vender, de estabelecer contratos e preços de mercadorias e salários. A liberdade privada (eu e Deus) passa a ser substituída pela liberdade econômica (eu e os bens). Já os outros valores (fraternidade e igualdade) se tornam dispensáveis na economia de mercado a não ser que sejam usados para garantir o crescimento da empresa.

[...]

O homem é capaz de fazer juízo crítico da realidade, ou seja, é capaz de avaliar a situação, consultar as normas estabelecidas pela sociedade, interiorizar algumas como suas, rejeitar outras, enfim de decidir, de fazer escolhas e de assumir responsabilidade pelas escolhas feitas. Nesse sentido, a consciência moral se confunde com a liberdade.

Mas não podemos esquecer que o exercício da consciência moral e, portanto, da liberdade não é uma função preestabelecida, natural da espécie humana, como é, por exemplo, a função reprodutora. Pelo contrário, esse exercício pressupõe determinadas condições, que precisam ser compreendidas e observadas na nossa prática cotidiana.

[...]

Para que possamos exercer a liberdade, precisamos reconhecer nossas limitações e possibilidades; precisamos não sofrer qualquer coação, imposição por força interna ou externa; é necessário crer na solução democrática (GONÇALVES; WISE 1997 p 45-46).

Mas apesar disso, a educação aparece não apenas para formar trabalhadores aptos ao mercado exigente, nesse período de pós-modernidade o seu papel de instrutora e conscientizadora em prol da cidadania ganha destaque:

Os acontecimentos do mundo atual afetam a educação escolar de várias maneiras. Vejamos algumas:

- a) Exigem um novo tipo de trabalhador, ou seja, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais;
- b) Levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com o interesse do mercado;
- c) Modificam os objetivos e as prioridades da escola;
- d) Produzem modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares;
- e) Forçam as escolas a mudarem suas práticas, por causa dos avanços tecnológicos dos meios de comunicação e da introdução á informática;

f) Induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os de mais recursos tecnológicos são muito motivadores. A importância que adquirem, nessa nova realidade mundial, a ciência e a inovação tecnológica tem levado os estudiosos a denominar a sociedade atual de sociedade do conhecimento, de sociedade técnico-informacional ou de sociedade tecnológica, o que significa que o conhecimento, o saber e a ciência assumem um papel muito mais destacado do que anteriormente.[...] (LIBÂNEO, et aliii; 2002, p.52)

Se o trabalhador precisa tornar-se flexível frente ao mercado de trabalho, ele deve primeiramente ampliar seus conhecimentos, a fim de desenvolver sua capacidade de comunicação, de argumentação, de diálogo, fatores que contribuem para a qualidade das relações e a melhoria dos processos de trabalho, mas também para uma participação mais efetiva nas negociações. Assim busca-se uma humanização do trabalho que se insere tanto nas questões de ordem econômica e ao próprio processo de produção, quanto à melhor formação do trabalhador.

São estes trabalhadores inseridos no mercado de trabalho ou em vias de sê-lo, jovens e adultos empregados ou desempregados, que buscam a EJA. Vêm na educação uma tábua de salvação, seja para garantir-lhes melhores condições de vida, manter ou melhorar seu posto de trabalho ou possibilitar o acesso a este. Mas esta escola que cada vez mais deveria possibilitar a articulação com o mundo do trabalho de forma crítica, muitas vezes dele se distancia. Assim, este período atual, que valoriza o profissional flexível, também abre as portas para a educação conscientizadora e profissionalizante. Por isso, a necessidade crescente de aproximar a Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissionalizante e conseqüentemente do mundo do educando.

A educação assume um papel de aflorar e trabalhar a consciência crítica do indivíduo. As escolas profissionalizantes, bem como a EJA e outros projetos particulares ou públicos que visam à educação e ou profissionalização dos jovens e adultos, ganham, novamente, força no cenário nacional. Defendendo não apenas a capacitação dos trabalhadores, mas, principalmente, por intermédio do Ministério da Educação, a EJA ergue a bandeira de que o conhecimento é uma condição indispensável ao exercício da liberdade e, portanto, da cidadania, a fim de resgatar a ética nas escolas, empresas e na sociedade como um todo.

A Educação de Jovens e Adultos busca muito mais do que a alfabetização do ingressante, busca manter o aluno na escola, no intuito deste continuar os seus estudos. A EJA também procura desenvolver nos alunos aptidão para viver no mundo da informação sendo capazes de elaborar pensamentos e ações de forma crítica. Para alcançar esses objetivos a EJA trava uma luta contra a evasão de alunos da escola, e só consegue êxito quando são tomadas

algumas ações, dentre elas, tentar mostrar aos alunos o valor e a utilidade do estudo em sua vida por meio de atividades ligadas ao seu cotidiano, confirmando a eles que a atitude de voltar a estudar não deve ser motivo de vergonha, mas sim de orgulho, de elevação da auto-estima.

Porém, não basta simplesmente viabilizar essa “harmonia”, deve-se desenvolver a EJA com educação profissional. Por isso a insistência em melhorar tanto os cursos de EJA, sejam eles profissionalizantes ou não, e os cursos profissionalizantes em si, reduzindo suas falhas que, até o presente momento, ainda são bastante perceptíveis.

A concepção da EJA, aleigeirada e submetida à lógica imediata do mercado, defendida pelas forças conservadoras, hegemônicas nos anos 1990, mantém o caráter descontínuo, irregular, fragmentado e compensatório da política educacional brasileira dirigida para essa modalidade. Acompanhando essa lógica, as diretrizes do MEC caracterizaram-se por incentivar outros setores do governo e da sociedade civil a assumir ações nessa área. Isso fez com que, entre outros problemas, as fontes de financiamento governamentais se dispersassem, desequilibrando a distribuição de recursos. [...] (VENTURA, 2007. p 21)

Ao mesmo tempo em que se tenta resolver os problemas do sistema educacional voltado para a educação dos jovens e adultos, percebe-se um esvaziamento no Ministério da Educação de políticas efetivas para a escolarização desses sujeitos. Assim, na última década do século XX, a EJA apresenta como características a fragmentação, a complexidade e heterogeneidade. É o típico caso de educação voltada para o mercado de trabalho: os alunos buscam na EJA desenvolver competência e habilidades que os dotem da possibilidade de empregabilidade.

Como o homem entende a educação um sistema diretamente relacionado ao trabalho, e já que o modo de produção adotado pela maior parte da população mundial reafirma e comprova essa relação, não se pode fugir da necessidade, na atualidade, de oferecer uma educação de jovens e adultos que seja cúmplice e que busque uma educação profissionalizante, que seja uma educação de jovens e adultos direcionada ao mundo do trabalho – e não ao mercado de trabalho – de qualidade social, que tome o sujeito na sua totalidade e o prepare como cidadão crítico e participativo.

Assim a instituição escola interfere na vida social, familiar e mesmo no trabalho das pessoas, por isso, por mais que se pense em desenvolver a educação por si e em si só, sempre haverá a necessidade de produzir um ajuste entre o que a escola oferece e o que a produção pede, conforme esclarece Enguita (1993, p. 231, apud ARROYO, 1999, p. 17).

A educação está em constante processo de invenção e reinvenção social, que essas transformações tragam qualidade para o ensino.

1.2 - Os sujeitos da EJA quem são?

1.2.1 - O professor como parte do processo educativo

Sem fazer críticas, mas analisando o quadro de professores da EJA, na sua maioria dão aulas porque precisam completar sua carga horária e esses não se preocupam com a qualidade de ensino. Outros estão na EJA, porque se identificam com os alunos e preocupam com o processo ensino-aprendizagem e se sentem realizados quando o aluno consegue alcançar seu objetivo, que em geral é uma melhoria no mercado de trabalho e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida. O que leva a um quadro tão diverso na formação e profissionalização docente?

Na formação docente os conteúdos e os conhecimentos que os educadores recebem não os tornam um profissional pronto para toda a vida profissional. A formação é um processo que nunca termina, pois é um caminho no qual as descobertas acontecem constantemente e as mudanças se fazem necessárias. O professor precisa participar desse processo de mudança e estar consciente de que ele não vai apenas receber o novo, mas se tornar crítico para superar na prática docente os processos inadequados. No entanto ao ser crítico, deve resgatar os processos que vem auxiliando os alunos aprender ao longo da história docente.

Na sala de EJA percebe-se que são necessárias práticas pedagógicas que se proponham a ultrapassar a reprodução e a repetição do conhecimento. Os professores são desafiados a buscarem metodologias de ensino cuja proposta esteja ancorada no processo pedagógico que consiste em propor um ensino que tenha como base o aprender a aprender, numa perspectiva crítica e transformadora. O professor precisa promover ocasiões que despertem a coragem de enfrentamento em público diante de situações que provoquem reações individuais e grupais, incentivar a participação dos alunos na resolução de problemas apresentados de forma autônoma e cooperativa, elaborar problemas que convoque o aluno a apresentar, defender se necessário.

O professor de jovens e adultos não pode ficar alheio a vivência de seus alunos, necessita levar em consideração o seu dia-a-dia, o trabalho, e esforçar para possibilitar as oportunidades para os alunos, de forma que favoreça a melhoria das circunstâncias de vida dos alunos no seu cotidiano. O professor tem que ser aberto a negociações e alianças. Resumindo, o professor da EJA necessita ter um pouco de aventura, criatividade e arte, para resgatar os alunos para o contexto social.

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora de ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador (Paulo Freire, 1996, p. 25)

1.2.2 – Os alunos da EJA da Escola Romualda de Barros

Os alunos da EJA da Escola Romualda de Barros são pessoas que trabalham no período diurno e estudam no noturno, são em sua maioria pessoas idosas que retornaram para a escola para aprender um pouco, porque durante o seu tempo de estudar não tiveram oportunidade. Outros são pessoas jovens que precisam trabalhar e para não parar de estudar vão para a EJA.

São pessoas provenientes de assentamentos e fazendas com baixo nível de instrução escolar, excluídos da escola por diferentes motivos, mas com vontade de recuperar o tempo perdido e que o trabalho ou mesmo a sociedade cobram de alguma forma. Veem na escola a porta para uma vida social mais valorizada e só conseguirão alcançar um trabalho melhor se tiver um grau maior de estudo.

Muitos falam que retornaram para a escola para terminar o ensino fundamental (até 8ª série) porque não estão conseguindo trabalho sem ter estudo. Não possuem uma consciência de estudar para adquirir o conhecimento e sim conseguir ser aprovado para conseguirem um certificado, há exceções em que retornaram a escola para adquirir conhecimento para desenvolver uma oratória e leitura perante a função que ora exerce (líder comunitários, coordenadores de assentados etc...). Esses alunos dos assentamentos são pessoas que vieram da cidade e estão ou já conseguiram seu pedaço de terra, os mais velhos são pessoas de idade que já trabalharam muito e esperam ter sua terra para produzir e tirar o seu sustento vivendo longe da agitação da cidade. Outros, os mais jovens, têm esperança de que com seu pedaço de terra conseguirá constituir família e dar uma vida diferente da sua a seus filhos.

Em relação a aprendizagem e disciplina os mais velhos tem maior interesse em aprender e não perdem tempo na sala de aula, apesar de ser lento o seu processo de aprendizagem, os mais novos ainda estão na fase da adolescência e nem sempre têm consciência de que o tempo está passando, apesar de terem maior facilidade de aprendizagem, mas todos tem em comum que o professor é o detentor do conhecimento, que estão na escola para aprender ainda que não compreendam que o conhecimento se faz na sala de aula, estão atrelados à pedagogia tradicional onde o professor fala e os alunos escutam, o professor passa as tarefas e eles têm que fazer as cópias, estão ainda no processo da repetição, e em

função da baixa auto-estima quando têm dificuldades para aprender falam que não consegue aprender mais.

O trabalho de conscientização de que não se aprende repetindo e sim refletindo sobre o conteúdo e estabelecendo relações entre eles, é papel do professor, bem como trabalhar com alternativas que mostrem ao aluno que é possível aprender sendo ele, o aluno, parte integrante do processo. Há uma diferença dos alunos da escola rural em relação aos da escola urbana, os alunos do meio rural são pessoas dóceis, cada um com uma problemática diferente, mas que acham muitas vezes no professor o seu conselheiro e até na turma como uma família. Já alguns dos alunos do meio urbano, pelos relatos dos colegas professores que trabalham com essa realidade, são pessoas agressivas, que não preocupam com a aprendizagem e sim em fazer tumulto na sala, não respeitam os colegas e não possuem uma convivência amigável com a turma, sendo cada um por si.

1.2.3 - O educador de Jovens e adultos

Os educadores da Escola Romualda de Barros são pessoas com formação superior para trabalhar em cada área que atuam, são compromissados e tem o perfil que um educador de EJA precisa para trabalhar.

Mas que Perfil é esse? O educador de Jovens e Adultos tem de: ter uma sensibilidade especial para trabalhar com a diversidade, já que numa mesma turma poderá encontrar educandos com diferentes bagagens culturais; capacidade de solidarizar-se com os educandos; a disposição de encarar dificuldades como desafios estimulantes; a confiança na capacidade de todos de aprender e ensinar; conhecer seus educandos, suas expectativas, sua cultura, os problemas do seu dia-a-dia; buscar conhecimentos cada vez melhor com os conteúdos a serem trabalhados e que possa responder as expectativas do educando; refletir permanentemente sobre a sua prática, sendo capaz de definir para cada caso as melhores estratégias de aprendizagem. É importante no trabalho com jovens e adultos favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-los a avaliar constantemente seus progressos e suas carências, ajudá-los a tomar consciência de como a aprendizagem se realiza., estar atento para que o fato do processo educativo não acontece somente no espaço e período da sala de aula.

Só que a maioria dos professores que está trabalhando com EJA, está trabalhando para completar sua carga horária mensal, e muitas das vezes não se preocupa com o desempenho de seus alunos.